ENTRE O DIZER E O NÃO-DIZER: A CHARGE POLÍTICA

Elza Maria d'Athayde (UCPel)

RESUMO

As novas maneiras de ler, propostas pela análise do discurso, mostram que o dizer tem relação com o não-dizer. Uma forma de se estudar o não-dito é o silêncio como discurso, "um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido" (ORLANDI, 1995, p.13). Como iminência do sentido, o silêncio indica que o fora da linguagem não é o "nada", o "vazio". Ao contrário, há uma positividade nesse "vazio" enquanto ausência de linguagem, sinalizando que o fora da linguagem é pleno de sentidos. Nessa perspectiva, propõe-se a análise do funcionamento discursivo da charge política, tendo como referência o silêncio na constituição dos efeitos de sentidos, embasada nos pressupostos teóricos da AD, de Michel Pêcheux, e nos estudos sobre o silêncio na abordagem de ORLANDI (1995). A charge, como discurso, ao trabalhar com o equívoco, tenta provocar a circulação de sentidos diversos sobre o tema político abordado. Mobiliza, pois, o humor como forma de crítica aos acontecimentos políticos associando imagens visuais a elementos verbais. Nessa associação, instala-se muitas vezes o silêncio. O caráter singular da charge apresenta-se como possibilidade de interpretação de um corpus próprio à observação e ao estudo do silêncio, que torna possível o "nada" se multiplicar em sentidos: quanto mais falta, mais silêncio se instala e, consequentemente, apresentam-se mais possibilidades de sentidos. É justamente como discurso pleno de silêncios que a charge possibilita este estudo.

Palavras-chave: Charge. Discurso. Silêncio.

INTRODUÇÃO

Culturalmente, a linguagem tem sido considerada como espaço privilegiado da significação. Porém, pelo viés da análise do discurso, o dizer não é o tudo do sentido. Há, ao longo do dizer, não-ditos que significam por sua dependência às palavras. É o caso do implícito, na concepção da semântica argumentativa.

Mas existe um não-dito, na concepção discursiva, que não é transparente, ou seja, não tem de ser referido necessariamente ao dizer para significar. Trata-se do silêncio, que mereceu um estudo especial de Orlandi (1995), no qual propõe a relação do silêncio com a significação, procedendo ao descentramento da linguagem verbal. Nessa concepção, o silêncio significa; há um sentido no silêncio, ou seja, ele tem significância própria: não remete ao dito. Com base nessas considerações, observa-se a distinção entre esses conceitos próximos, implícito e silêncio, mas que têm naturezas diferentes.

No espaço entre o dizer e o não-dizer, no universo opinativo do jornal e da revista, destaca-se um gênero que não se limita ao texto verbal, mas incorpora, igualmente, a imagem, como forma de atrair olhares para uma opinião que se apresenta sob uma forma distinta dos gêneros opinativos convencionais (editorial, artigo, crônica, etc.): a charge. Constituída,

geralmente de imagem visual e de elementos verbais (às vezes apenas imagem visual), utiliza o humor que lhe é constitutivo como principal instrumento de crítica a fatos ou acontecimentos, especialmente políticos, reportando-se a uma notícia já conhecida do público. Assim, é uma forma singular de expressar sentidos, um discurso que provocando o riso, e para isso se serve também da caricatura, diz de forma contundente, às vezes, "verdades" que nenhum interlocutor ou discurso ousariam manifestar.

Como exemplar do discurso, a charge política trabalha com o equívoco provocando sentidos diversos sobre a temática abordada, mobilizando, para isso, o humor. Nessa associação de imagem visual, elementos verbais e humor, instala-se o silêncio, no qual os sentidos se movimentam, apresentando-se, então, a charge política, como um *corpus* próprio para o estudo do silêncio: suas formas de significar.

Por esse seu modo de significar, de provocar sentidos entre o dito e o não-dito, propõe-se este trabalho constituído de uma análise do funcionamento discursivo de uma charge política, no sentido de observar o silêncio e suas formas na constituição dos efeitos de sentidos, na perspectiva discursiva de Orlandi (1995) e de acordo com os pressupostos teóricos da AD, na visão de Michel Pêcheux.

Dessa forma, com este estudo, sob o enfoque dado ao silêncio por Orlandi (1995), pensando-o como necessário à significação, pretende-se valorizar a charge política como discurso portador de sentidos outros que não o evidente, através da noção de silêncio, observando-o em sua materialidade significativa. Pois é na materialidade do silêncio que está o real do sentido.

REFERENCIAL TEÓRICO

A charge é conceituada como "um desenho caricatural que apresenta uma *situação humorística*, utilizando legendas ou não [...], em que se satiriza um fato específico, tal como uma idéia, um acontecimento, situação ou pessoa, em geral de caráter político, que seja de conhecimento público" (FONSECA, 1999, p.17) [grifo meu].

Essas características, a tornam uma forma de comunicação atraente, despertando a atenção do leitor para assuntos políticos, tornando-os menos misteriosos e mais compreensíveis ao povo ao desmistificar e dessacralizar o poder, mostrando líderes e chefes de Estado como seres humanos falíveis, muitas vezes ridículos, ou seja, como pessoas de quem se deve rir. Funcionando como uma espécie de crônica política, a charge adapta-se perfeitamente ao discurso jornalístico enquanto desenho de humor que auxilia os jornais em seu papel de produzir a notícia e informar o grande público. Tornar uma personalidade

pública objeto do riso pelo traço da caricatura, não é ato ocasional, sem nenhum planejamento, mas uma ação carregada de implicações políticas e ideológicas.

Nesse sentido, cabe ressaltar que "a força de comunicação da caricatura e seu potencial de atrair o interesse de amplos setores sociais, decorre, sobretudo, da sua veia cômica e humorística" (MOTTA, 2006, p. 18).

Como discurso político, a característica mais marcante da charge é sua faceta de comentário crítico da política, apontando um ponto de vista. Torna-se, portanto, um instrumento político, um meio de intervenção, ao estimular o pensamento e a reflexão. Ao provocar interpretações, com a pretensão de trazer à tona o que foi silenciado, aquilo que tratam de esconder, torna-se incômoda para o poder, causando uma certa inquietação.

Ao se utilizar do humor, a crítica é enunciada de forma mais branda, pois a ambigüidade do discurso cômico, principalmente a ironia, permite que o dizer signifique de forma menos agressiva.

É idéia corrente que o discurso humorístico seja sempre crítico. Porém, caso isso nem sempre venha a ocorrer, é possível dizer que o humor político é uma estratégia de comunicação e de crítica política distinta dos discursos políticos convencionais.

Nessa direção, é importante enfatizar que: "O deslindamento de valores sociais, culturais, morais ou de qualquer outra espécie parece fazer parte da natureza significante do humor. Assim, sendo uma manifestação humorística tanto pode revelar a agressão a instituições vigentes, quanto aspectos encobertos por discursos oficiais, cristalizados ou tidos como sérios" (BRAIT, 1996, p.15).

Constitutivo da charge, o humor faz a crítica social, nas entrelinhas, atua como "uma voz de resistência [...]. Ao divertir, também denuncia, alerta, contesta, faz refletir sobre uma dada situação social" (LEITE, 2004, p. 104).

Ao se pensar a charge enquanto discurso, constituído pelo verbal e não-verbal, não se pode deixar de fazer referência à incompletude da linguagem. O dizer é aberto, ou seja, é algo que não se fecha a outros sentidos, que estão sempre em curso. Então, discursivamente, "todo dizer é uma relação com o não-dizer" (ORLANDI, 1995, p.12). Essa incompletude constitutiva da linguagem "é função do fato de que a linguagem é categorização dos sentidos do silêncio, modo de procurar domesticá-los" (ORLANDI, 2004, p.11). Cabe ao silêncio, portanto, a significação: "não há sentido sem silêncio" (p.11).

Culturalmente, o silêncio foi percebido a partir de sua referência necessária ao dizer, tal como se dá com o implícito, restando-lhe, então, uma posição secundária ao ser tomado como o "resto" da linguagem. Foi-lhe atribuída, assim, uma forma negativa, destituída de

valor, pelo fato de significar por sua dependência às palavras, sendo uma contrapartida do dito. Nessa concepção, silêncio e implícito se recobrem.

Entretanto, a análise do discurso, na posição construída por Orlandi, deu um novo viés à linguagem e ao sentido, ao considerar que "o silêncio é a própria condição da produção de sentido" (ORLANDI, 1995, p. 70). Obviamente que não se trata, nesta concepção, do silêncio como fenômeno físico, mas como "totalidade histórico-significativa, o não-segmentado" (GUIMARÃES, 2005, p.68). A partir da perspectiva discursiva, é possível perceberem-se significações do não-dizer, ainda não exploradas, que constituem o silêncio, às quais Orlandi (1995) lança um olhar especial. Na obra "As formas do silêncio: movimento dos sentidos", a autora aborda o silêncio conferindo-lhe um valor positivo, observando-o como fator necessário à significação, a partir da afirmação de que "há um sentido no silêncio" (1995, p.12). Ou seja, o silêncio tem significância própria, não sendo, um mero complemento da linguagem. Não se trata aqui do silêncio como o "nada", o "vazio", enquanto o fora da linguagem. Na posição discursiva, com ou sem palavras, o silêncio significa.

Na avaliação do senso comum, "um homem que está em silêncio é um homem sem sentido" (ORLANDI, 1995, p. 37). Dessa forma, no imaginário social, o silêncio é percebido como o "vazio", "o "nada", ou seja, destituído de sentido, ocupando um lugar secundário em relação à linguagem. Diante dessa ilusão da "falta" de sentido do silêncio, o homem sente necessidade de falar para preencher esse "vazio", e esse ato acaba centralizando na linguagem a significação.

Em conseqüência, nas sociedades contemporâneas, há uma forte tendência à comunicação para preencher o silêncio, estando o homem submetido a inúmeras linguagens no seu cotidiano. Há uma necessidade premente do dizer através da produção de signos visíveis e audíveis o tempo todo, pois o homem moderno não suporta o silêncio. Assim, nos estudos dos signos, há supremacia da linguagem tanto verbal quanto não-verbal em relação à significação. Dessa posição, resulta a noção de que qualquer matéria significante fala, ou seja, para que tenha sentido, deve ser reduzida à linguagem, especialmente à verbal. O silêncio, então, como matéria significante, é traduzido em palavras, dado o predomínio social do verbal. Ao sê-lo, passa a ser visto como linguagem, perdendo, conseqüentemente, sua especificidade enquanto matéria significante distinta da linguagem.

Mas na forma discursiva, o silêncio não "fala", ele significa, tem sentido por si mesmo: "é a matéria significante por excelência, um continuum significante. Essa caracterização positiva do silêncio decorre do fato que quando não falamos, não estamos apenas mudos, estamos em silêncio: há o 'pensamento', a introspecção, a contemplação etc."

(ORLANDI, 1995, p.37). Nesse sentido, " o silêncio é fundante [...], o real da significação [...], o real do discurso"(p. 31).

A partir dessa posição discursiva, inverte-se a situação do silêncio em relação à linguagem. Esta é deslocada da sua posição superior, cabendo ao silêncio ocupar a posição central como matéria significante. Isso leva a dizer que o silêncio precede a linguagem quanto à significação e, como no silêncio o sentido e o sujeito se movem livremente, a linguagem surge para retê-lo, estabilizando o movimento dos sentidos. A linguagem, portanto, é a transformação do silêncio, a matéria significante por excelência em significados apreensíveis, verbalizáveis. Esse processo mostra o silêncio não como falta, mas a linguagem como excesso. Disso decorre que o silêncio tem primazia sobre as palavras pelo fato de ser constitutivo do sentido.

O silêncio não é único. Apresenta-se sob duas formas distintas: o *silêncio fundador* e a *política do silêncio*.

No que se refere ao *silêncio fundador*, é importante dizer que não se trata de ausência de sons ou de palavras, do vazio, do sem sentido. Trata-se, sim, do silêncio necessário aos sentidos: "é o silêncio que existe nas palavras, que as atravessa, que significa o não-dito e que dá um espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar. O silêncio como horizonte, como iminência do sentido, é a respiração da significação para que o sentido faça sentido" (ORLANDI, 2005, p. 128).

Portanto, todo processo de significação traz uma relação necessária ao silêncio. Sem silêncio não há sentido. Esta concepção de silêncio, como condição da significação, relacionase à incompletude da linguagem quanto ao sentido, já mencionada, pensando-se esta (incompeltude) como algo que seria ou não, inteiro, mas a algo que não se fecha, reafirmando-se, aqui, que o dizer é aberto.

Essa abertura aos outros sentidos, deve-se a que "o silêncio é contínuo e há sempre sentidos a dizer" (ORLANDI, 1995, p. 73). Dentro dessa perspectiva, a autora considera " a linguagem como categorização do silêncio, isto é, ela é a gregaridade, a possibilidade de segmentação, [...] o recorte da significação em unidades discretas" (p.73). Mesmo recortado, o sentido permanece sempre ainda a ser dito. Se o silêncio não tivesse um significado em si mesmo, não fosse sentido contínuo, indistinto, uma vez categorizado, este sentido seria definitivo.

Além do silêncio fundador, há a *política do silêncio* que se manifesta de duas formas: o *silêncio constitutivo* e o *silêncio local* ou *censura*. Pela política do silêncio, ao dizer-se algo, outros sentidos possíveis são necessariamente apagados, por serem indesejáveis em dada

situação discursiva (ORLANDI, 1995, p.75). Há, assim, um recorte entre o dizer e o nãodizer, característico da política do silêncio, que a diferencia do silêncio fundador, uma vez que este não apresenta nenhuma divisão, pois significa por si mesmo.

No que se refere ao silêncio constitutivo, tem-se que para dizer é preciso não dizer: "se diz 'x' para não (deixar) dizer 'y', este sendo o sentido a se descartar do dito" (ORLANDI, 1995, p. 76). Portanto, é o não-dito necessariamente excluído. Entende-se, então, que o dizer e o silenciamento são inseparáveis.

Ainda com relação à política do silêncio, cabe abordar o *silêncio* local ou *censura*, "que é a manifestação mais visível desta política: a da interdição do dizer" (ORLANDI, 1995, p.76). aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura. Consiste na produção de uma forma mais branda do silêncio, ou seja, "é uma estratégia política em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do que é proibido" (p. 77); aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura. Certas palavras são proibidas para que se impeçam certos sentidos que não são desejáveis no momento. Na censura, os sentidos são historicamente dizíveis, mas proibidos. Não se pode dizer aquilo que se poderia dizer, pois foi proibido.

A partir dessas referências sobre o silêncio, propõe-se, a seguir, a análise de uma charge política no sentido de observar-se o funcionamento discursivo do silêncio.

ANÁLISE

Os dizeres instauram silêncios. Então, cabe perguntar o que os dizeres da charge política a ser analisada silenciam?

O *corpus* desta análise é constituído por uma charge política, de Marco Aurélio, publicada no jornal gaúcho Zero Hora, em 18 de setembro de 2007. Associando imagens visuais (caricaturas) e elementos verbais com o humor que lhe é constitutivo, focaliza, de forma crítica, as declarações do presidente Lula aos jornalistas, em sua visita à Espanha. Sobre a absolvição do presidente do Senado, Renan Calheiros, no primeiro processo de cassação do seu mandato por quebra de decoro parlamentar, Lula disse: "Eu não acho que haja impunidade. É importante que as pessoas acusadas tenham o poder de se defender" (ZERO HORA, 2007, p.6). Questionado sobre a prorrogação da CPMF, Lula respondeu: "Fui ao Congresso trabalhar para a bancada do PT não aprovar a CPMF. Tenho humildade para mudar de posição, sobretudo quando você vira presidente da República e depende de R\$ 40 milhões para fazer investimentos. *Eu não sou um poste*. Sou um ser humano" (p.6) [grifo meu].

É com esses textos, então, publicados no dia anterior, que a charge em estudo estabelece a relação de intertextualidade ao remeter a um acontecimento político que está em destaque na mídia.

Em termos de materialidade discursiva, cabe analisar, inicialmente, o enunciado do presidente Lula: "Não houve impunidade no caso Renan". Esse dizer silencia outro enunciado possível: Houve impunidade, que produziria sentidos em outras direções, significando outra posição de sujeito. Portanto, o dizer silenciado, o não-dito necessário, remete à formação discursiva oposicionista, ou seja, a do PT, antes de ser governo, e seria dito por Lula, certamente, antes de ser situação, de estar no poder. Posicionar-se contra a absolvição de Renan Calheiros, dizendo que houve impunidade, é um sentido possível, tendo-se em vista que Lula pertence (ou pertencia) à esquerda, mas indesejável na situação política atual. Diante da corrupção instalada nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), manifestada através de escândalos denunciados publicamente e da situação de impunidade generalizada, Lula não poderia enunciar de onde enunciava quando era oposição: do lugar de sindicalista.

No contexto sócio-histórico, ideológico atual, esse não-dito não pode ser formulado, pois implicaria confronto, rompimento com o Congresso Nacional, do qual Lula precisa apoio para aprovação de seus projetos, como forma de garantir não só a governabilidade, mas também a vitória de seu candidato (ou sua) nas eleições presidenciais de 2010.

Assim, Lula interpelado ideologicamente, constitui-se sujeito, enunciando de outra formação discursiva contraditória à anterior: a governista, a da situação. É esta que determina o que pode e deve ser dito por Lula, presidente da república, e pelos parlamentares, identificados e dominados por essa formação discursiva, principalmente os de outros partidos que se dizem "oposição".

Seu dizer mostra não estar mais identificado ideologicamente com a oposição. Muito menos o PT atual mantém sua ideologia anterior. Dessa posição, resulta uma harmonia entre executivo e legislativo que possibilita ao governo agir livremente: vale tudo, até corrupção, desde que seus interesses sejam priorizados. Nem mesmo os partidos ditos de direita constituem oposição. Não há mais confronto. Ao contrário, há um acordo de cooperação mútua.

Sabe-se, pela análise do discurso, que o sujeito tem capacidade de antecipar-se a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras poderão produzir. Esse mecanismo possibilita que o sujeito diga de um modo ou de outro, segundo o efeito que quer produzir em seu ouvinte. Há um ajuste do dizer (do sujeito) aos seus objetivos políticos. Dessa forma, ao dizer que "Não houve impunidade no caso Renan", Lula, utilizando-se desse mecanismo, ao

antecipar os efeitos de seu dizer em seus interlocutores (Renan, parlamentares), diz o que eles gostariam, ou melhor, esperavam ouvir, reforçando e atestando sua cumplicidade com os "opositores". Silencia, assim, a corrupção.

O presidente da nação precisa de aprovação do Congresso Nacional para a realização dos programas e projetos do governo (bolsa-família, bolsa-escola ...) e, principalmente da prorrogação da CPMF, até 2011. Ao dizer que não houve impunidade, solidariza-se, torna-se simpático, faz um agrado não só ao senador Renan, presidente do Congresso Nacional, como também a todos os parlamentares (40) que o inocentaram no processo de cassação por falta de decoro parlamentar, governistas ou não. E o que é mais importante: a garantia da prorrogação da CPMF. Suas palavras atestam sua satisfação quanto à permanência "necessária" de Renan, na presidência do Senado, resultado do esforço empreendido pela ala governista. Portanto, reafirma-se, assim, a relação de cumplicidade, de parceria, sustentada por negociatas, troca de favores entre governo e parlamentares em várias direções. É um toma-lá-dá-cá institucionalizado, sem dissimulação. Preponderam, assim, os interesses particulares em prejuízo dos interesses sociais. Lula, atualmente, fala do lugar de presidente, de autoridade máxima, o que confere poder maior a suas palavras, considerando-se as relações de força, devido à hierarquia constitutiva das relações sociais baseadas no poder.

O outro segmento: "QUANTO À CPMF, MUDEI DE IDÉIA ..." [grifo do chargista], dá continuidade ao processo de antecipação. Reforça, ainda mais, a nova posição de Lula, enunciando a partir da formação discursiva governista. Lula está propondo a prorrogação da CPMF, até 2011, como se disse, e o país inteiro sabe que como oposição governista, ele a combatia, manifestando-se, publicamente, contra esse imposto, fato relembrado, atualmente, por ele mesmo, em declaração à imprensa. Sua posição-sujeito agora é outra e, mais uma vez, antes que seja cobrado com relação a sua posição anterior de oposição governista, antecipa-se dirigindo o processo de argumentação, visando seus efeitos sobre Renan e simpatizantes.

O imposto que era injusto, quando Lula era oposição, quando dizia defender os interesses do povo, passa a ser "justo" (necessário) no contexto atual, como forma de garantir a vitória do partido (PT) nas próximas eleições presidenciais. Caso não seja aprovada, os interesses eleitoreiros de Lula ficam comprometidos por não contar com as verbas necessárias de forma a sustentar os programas assistenciais do governo, garantia de votos ao PT.

Continuando a fala de Lula, o enunciado que dá seqüência ao anterior é: "... POIS NÃO SOU UM **POSTE** ..." [grifo do chargista], sendo o mais relevante, por ser este que instaura o humor na charge. Esta mostra um "cãozinho", cuja cabeça é a de Renan e em cujo

corpo está escrita a palavra *Ética*. O "cãozinho" (Renan) está fazendo xixi no "poste" (Lula). Estabelece-se, pelo humor, a relação entre Lula e Renan.

Ao dizer que não é um *poste*, Lula utiliza essa palavra metaforicamente, como argumento à troca de posição e mudança de opinião. *Poste* é algo fixo, imóvel, cravado no solo. *Poste* também não pensa, não reage, não é inteligente, não tem esperteza. Não ser *poste*, para ele, significa ter mobilidade, flexibilidade, ou seja, poder posicionar-se conforme as circunstâncias, conforme os interesses, as conveniências, conforme os ventos lhe sejam favoráveis. Assim, pode mudar de idéia quantas vezes forem necessárias, ou melhor, convenientes. Confessa, assim, a falta de seriedade, de coerência política. Falta de ética, de moralidade.

Relacionando-se o verbal com o não-verbal, ocorre um deslizamento de sentido. O equívoco permite esse deslizamento. Por efeito de humor, a charge desliza o sentido de *poste* para o sentido denotativo. Isso pode ser entendido ao representar Renan na figura do cachorrinho, representando a ÉTICA, que faz xixi (corrupção) no *poste* Lula: a desmoralização total como presidente. E é o silêncio que perpassa a palavra *poste* que permite esse deslizamento de sentido. Evidencia-se, assim, o caráter crítico da charge, desmoralizando as personagens políticas focalizadas, ao provocar outros sentidos. A imagem mostra a relação de poder que se instaura entre Lula e Renan. Este, embora inferiorizado na figura animalizada do cãozinho, representativo da "Ética", demonstra que Lula, mesmo dizendo "não ser poste", deixa que a corrupção (xixi) enlameie seu governo, pois deseja arregimentar recursos (CPMF), ou melhor, leia-se votos, para se manter no poder.

Lula é coisificado na charge, rebaixado a *poste*. Neste sentido denotativo, não se permite reação, não se contrapõe à corrupção, permanece no silêncio como forma de aprovação do ilícito. A nova posição política lhe custa a desmoralização na charge. A solidariedade de Lula a Calheiros, com relação a sua absolvição, como foi mencionado anteriormente, tem um preço. Com o gesto do presidente Lula, o que tem o poder, no momento, e que o declarou inocente, Renan, que já vinha jogando rasteiro com o governo, agora, mais do que nunca, terá que rastejar como um "cãozinho", pois deve sua sobrevida política ao Planalto que, indiretamente, se mobilizou através dos líderes governistas (PMDB), em sua defesa. Isso significa recompensar Lula pela sua absolvição, aprovando os projetos do governo, sejam quais forem, vindo ao encontro dos interesses do povo ou não, os quais prometeram defender. E por isso, pedem mais cargos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise algumas questões ecoam. De onde vêm esses sentidos? Como se tornaram possíveis? A partir dos silêncios que se instauram na associação entre o verbal e o não-verbal, e do humor agindo como crítica aos acontecimentos políticos, funcionando como uma voz de resistência ao provocar reflexão sobre uma dada situação sócio-política, possibilitando que o "um" se desdobre em múltiplos sentidos. Esses sentidos, apagados no dizer de Lula, como resultado da ideologia, por serem indesejáveis na posição política de presidente, emergem na associação do verbal com o não-verbal, pelo equívoco, pela incompletude: a naturalização da e a conivência de Lula com a corrupção, seu interesse em garantir a aprovação da CPMF, a neutralização da "oposição" através da troca de favores. Tudo isso com um único objetivo: a obtenção de votos do povo como forma de garantir a permanência do PT (ou de Lula?) no poder nas próximas eleições presidenciais em 2010.

Assim, pôde-se observar, no corpus analisado, a política do silêncio: "ao se dizer algo, necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, são apagados, em uma situação discursiva dada" (ORLANDI, 1995, p.75), pois poderiam instalar o trabalho significativo de uma outra formação discursiva, uma outra região de sentidos.

Eis, então, a relevância da charge política: *discurso pleno de silêncios* que possibilitando a circulação de sentidos possíveis sobre um determinado acontecimento, mobiliza para isso, imagens visuais (caricaturas), elementos verbais e o humor como estratégia de comunicação e de crítica política.

REFERÊNCIAS

BRAIT, Beth. Ironia em perspectiva polifônica. São Paulo: UNICAMP, 1996.

CALHEIROS não atrapalha CPMF. Zero Hora, Porto Alegre, 17 set. 2007.

FONSECA, Joaquim da. *Caricatura*: a imagem gráfica do humor. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido*: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

LEITE, Maria Regina Baracuhy. Bombril e Ratinho: as vozes da sedução. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (org.). *Análise do discurso*: as materialidades do sentido. 2. ed. São Paulo: Claraluz, 2003.

MELO, José Marques de. *Jornalismo Opinativo*: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. rev. e ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. *Jango e o golpe de 64 na caricatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio:* no movimento dos sentidos. 3. ed. São Paulo: UNICAMP, 1995.

_____. *Discurso e Texto:* formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Interpretação*: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

ANEXO - Charge



Fonte: Jornal Zero Hora 18/09/07